

CIRCUITOS E MIDIOSFERAS: mutação epistêmico-comunicacional na política de desinformação¹

CIRCUITS AND MEDIA SPHERES: Epistemic-communicational Mutation on Disinformation Policy

Ada C. Machado da Silveira²

Aline Roes Dalmolin³

Resumo: O artigo dedica-se a ponderar sobre a abordagem da circulação midiaticizada a partir de possíveis circuitos incidentes nas mídiasferas. Expõe-se a proposição da noção de mídiasfera como inscrição social da ideia de crise comunicacional midiática da atualidade e se busca compreender a mutação epistêmico-comunicacional na política de desinformação no/sobre o Brasil. Os argumentos são estudados através de dois textos. Um deles trouxe a denúncia de uma certa atividade midiaticizadora, a emergência de uma mídiasfera específica, aqui denominada mídiasfera disruptiva. O segundo configura um “episódio comunicacional” envolvendo a cobertura noticiosa de um diário norte-americano sobre os indígenas brasileiros. Os elementos empíricos parecem corroborar a precedência da abordagem da mídiasfera, mas contribuem para esclarecer a translação operada nos circuitos comunicacionais acionados entre elas.

Palavras-chave: Mídiasfera; Desinformação; Epistemologia comunicativa; Translação..

Abstract: The article is dedicated to considering the approach to media circulation based on possible circuits incident in the media spheres. The proposition of the notion of media sphere as the social inscription of the idea of current media communication crisis is exposed and an attempt is made to understand the epistemic-communicational mutation in the disinformation policy in/about Brazil. The arguments are studied through two texts. One of them brought the denunciation of a certain mediatization activity, the emergence of a specific mediasphere, here called disruptive media sphere. The second configures a “communicational episode” involving the news coverage of a North American daily about Brazilian indigenous people. The empirical elements seem to corroborate the precedence of the media sphere approach, but contribute to clarifying the translation operated in the communication circuits activated between them.

Key words: Mediasphere; Disinformation; Communicational Epistemology; Translation.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025.

² Professora titular da Universidade Federal de Santa Maria. Integra seu Programa de pós-graduação em Comunicação e colabora no Mestrado profissional em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa. Pesquisadora do CNPq. Lidera o Grupo de pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. E-mail: ada.silveira@ufsm.br

³ Professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Lidera o Grupo de Pesquisa Circulação Midiaticizada. E-mail: aline.dalmolin@ufsm.br

1. Introdução⁴

Considera-se que a explosão de poder da extrema-direita, inaugurando processos por via midiaticizada, são profundamente inovadores na ecologia midiática. O artigo se dedica à presença de circuitos nas midiosferas considerando seu impacto na política de desinformação. A expressão "mutação epistêmico-comunicacional" busca precisar aspectos dinâmicos que determinam, em alguma medida, a transformação no conhecimento da comunicação midiaticizada. Dinâmicas como descentralização informativa, cultura da viralização e apelo emocional, algoritmos e bolhas informativas favorecedores de crenças pré-existentes têm sido apontados como caracterizadores das mutações que buscamos circunscrever.

A partir de um breve estudo de uma “grande reportagem” de denúncia de certa atividade governamental, situamos a compreensão que permite constatar a validade do modelo teórico da existência de três midiosferas no Brasil da atualidade, a midiosfera institucional, sua contraparte alternativa e a emergente midiosfera disruptiva. O modelo parece funcionar. Surge, no entanto, um circuito acionado por um diário norte-americano que coloca a possibilidade de que a translação da rede comunicativa platformada esteja integrada por novos circuitos, os quais seriam capazes de transbordar os limites interpostos entre as midiosferas de maneira inédita. Tal aspecto sugere um movimento na noticiabilidade e em suas ordens, fundamentando a mutação em análise.

O artigo expõe inicialmente a noção de midiosferas e o debate constituído como modelo teórico, especialmente no Brasil. A seguir, abordamos os circuitos das midiosferas a partir de dois distintos casos empíricos que fornecem pistas da complexidade de pensar o fenômeno dentro de seus próprios limites e brechas. Por isso, a seção seguinte detém-se em argumentos sobre a relação entre midiosferas, extremismos comunicacionais e desinformação. Na seção final, encaminhamos para a reflexão dos desafios que a compreensão idealizada das midiosferas consigna, alertando para suas dificuldades epistêmicas e teóricas.

⁴ O artigo dá continuidade a investigações das autoras relativas ao estabelecimento de algumas premissas definidas no propósito de compreender os desafios epistêmico- comunicacionais das relações entre mídia e política de desinformação no/sobre o Brasil.

2. As midiosferas como modelo teórico⁵

A passagem da semiosfera à midiosfera consiste na ênfase progressiva na dimensão sociotecnológica dos processos comunicacionais mediados, com a marca de abandono da centralidade da linguagem verbal (Silveira, 2024a). Embora em Régis Debray (1995) se utilize de termos distintos para evocar os momentos tecnológicos em que os processos de significação se encastram, a denominação genérica de midiosfera ganhou o mundo. A midiosfera, ao integrar a nascente cultura digital, está concebida como integrante daquilo que, na proposição da semiosfera, fora consagrado como “sistema modalizante secundário”.

Ao propor distinções entre midiosferas (sem atentar que a recepção do autor toma o termo tanto para um momento datado de sua análise, como para o fenômeno em geral), Ada Silveira (2024b) configura as respectivas homogeneidades internas que moldam a individualidade das três midiosferas que propõe. Elas possuem competência funcional e estrutural ao delimitar os mecanismos por meio dos quais as midiosferas operam e se fazem mutuamente reconhecíveis.

A proposição da noção de midiosfera como a inscrição social da ideia de crise comunicacional midiática da atualidade ganhou terreno no debate brasileiro (Dalmolin, 2024a, 2024b; Silveira, 2024a). Conforme exposto em Silveira (2024b), o termo vem sendo utilizado por João Cezar de Castro Rocha (2021; 2023) para a compreensão de práticas comunicacionais no campo da extrema direita no Brasil, e tem o antecedente nos trabalhos de Alexandre S. Kieling (2011). A atividade midiaticizadora e, dentro dela, a emergência de uma midiosfera específica, aqui denominada midiosfera disruptiva, contribui para esclarecer alguns fundamentos epistêmicos da política de desinformação praticada no Brasil.

Partindo da categoria de midiosfera, utilizada no debate social e acadêmico brasileiro, inicialmente nos dedicamos a elucidar aspectos que corroboram sua proposição enquanto categoria teórica. Partimos do debate precedente em torno da noção de semiosfera, reconhecendo a proposição de Yuri M. Lotman (1996), no esteio da semiótica da cultura. A partir do debate assumido no Brasil, buscamos avançar nas propriedades que uma específica manifestação da cultura digital permite compreender a emergência da noção de midiosfera

⁵ A presente seção e a participação nas análises subsequentes integram investigação referente à concessão de bolsa PQ CNPq, processo n. 307237/2023-2.

extremista. Ao buscar compreendê-la, avançamos em favor de seu entendimento alargado ao cunhar a noção de midiosfera disruptiva.

A compreensão do novo fenômeno da midiosfera disruptiva decorre da constatação da precedência de outras duas que lhe seriam anteriores. Reconhecemos, assim, o estabelecimento da midiosfera corporativa, ocupada do âmbito das práticas profissionais, especialmente jornalísticas, bem como de sua histórica contraparte, a midiosfera alternativa (Silveira, 2024b). Nos dois casos empíricos que lançamos mão para explicitar nossa compreensão, há um forte exercício da noticiabilidade nos parâmetros da ordem noticiosa, ou da noticiabilidade, nos termos consagrados pelo exercício profissional. O primeiro, em que se denuncia a existência de um “gabinete do ódio” promotor de conteúdos digitais, a jornalista de um diário de referência o faz desde seu lugar de fala privilegiado. No segundo, igualmente, o jornalista o faz desde este mesmo lugar de fala. O segundo, caso, no entanto, uma novidade permite questionar sobre a existência de um conluio que aponta para um giro no circuito comunicacional midiático. Vamos a eles.

3. Os circuitos das midiosferas

Buscando apreender empiricamente a ação comunicacional, cuida-se da descrição e análise de acontecimentos nos quais se fazem perceptíveis características e interações compreendidas tanto no fluxo comunicacional, quanto no seu trajeto social. Antonio Fausto Neto (2017, p.50) destaca que o processo caracteriza a circulação midiaticizada: “a circulação deixa de ser apenas uma zona de passagem, na medida em que se desloca para este lugar, agora, a potencialidade da produção dos sentidos dinamizada pelas interpenetrações resultantes da relação entre atores em produção e em recepção”. O autor aponta que a “circulação é uma zona ‘livre’, mas tensionada por agenciamentos que não são manejados por feedback regulatório, mas por outros de natureza complexa” (Fausto Neto, 2017, p.51). (Fausto, 2024). A referida natureza complexa contempla, portanto, actantes humanos e não humanos (Latour, 2001). E, na atividade comunicacional, temos o aprofundamento de tais práticas em dimensão plataformada.

Apresentamos, à continuação, dois exemplos empíricos que mostram perspectivas muito diversas e acusam a premência de diálogo no tema.

3.1 A disrupção governamental

O assim denominado "Gabinete do ódio" pela jornalista Patrícia Bandeira de Mello (2020), do diário Folha de S. Paulo, marcou o reconhecimento da máquina de desinformação montada em salas adjacentes ao gabinete da presidência, dentro do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo na capital federal de Brasília. Ele seria comandado pelo filho do presidente, o vereador pela cidade do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro, alcunhado "Carluxo", em que pese seu mandato exigir compromissos à distância de 1.165 quilômetros. Outro corpo orgânico foi a "ABIN Paralela", a Agência Brasileira de Inteligência, em seu molde clandestino. A importância do "Gabinete do Ódio" e da "ABIN Paralela" para a explosão daquilo que pode ser denominado de midiosfera disruptiva (Silveira, 2024b) trouxe profundo desconforto para profissionais e pesquisadores de mídia. Em que consiste tal desconformidade?

Elementos empíricos do denominado "Gabinete do Ódio", órgão gestor de uma conspiração digital abrigado no seio do governo Federal, no Governo Jair Bolsonaro, apontam que a atuação da comunicação governamental teria tido uma face oculta, especialmente através do agenciamento da máquina pública através de um corpo de atividade profissional. Ela seria capaz de animar a aqui denominada midiosfera disruptiva, caracterizada por sua vertente extremista.

A obra da jornalista do diário Folha de S. Paulo (Mello, 2020, p.21) resultou cobertura efetivada desde 2014, com comprovações publicadas sistematicamente e que teriam convertido a autora numa "jornalística comunista". Num relato em primeira pessoa, a jornalista comenta o assédio moral sofrido em decorrência de sua atividade profissional, especialmente em sua condição de mulher e mãe. E, como ela, muitos e muitas jornalistas profissionais foram expostos a situações de constrangimento no relato sobre os dois primeiros anos de mandato durante a gestão de Jair Bolsonaro, quando começou a pandemia de Covid-19. A autora julga tratar-se de um período em que a curadoria de informações ganhou relevância para distinguir "tias do WhatsApp", de "malucos do Twitter" (Mello, 2020, p. 230) e registra algumas cifras da crise dos veículos de mídia face às BigTechs. Mello (2020, p.168). Conforme seu ponto de vista, a pandemia traria inicialmente uma sobrevida econômica aos veículos de mídia e revalorização da atividade jornalística. A viralização de

notícias falsas sobre a doença, o esforço de checagem e a moderação de conteúdos nas mídias sociais receberam atenção.

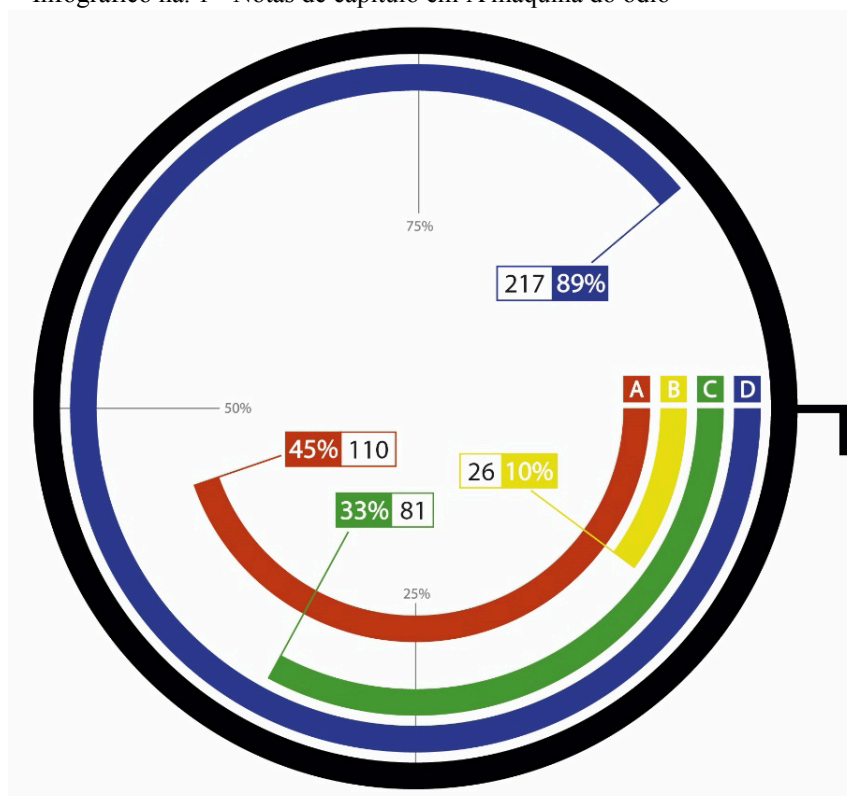
A obra traz detalhes sobre a “eleição do WhatsApp no Brasil”, apontando atividades como o assassinato de reputações, tomadas como uma nova forma de censura num cenário de ascensão populista no mundo. Um capítulo se dedica a refletir sobre o manual do Primeiro Ministro húngaro Viktor Orbán, adotado pelo Presidente Bolsonaro, com vistas ao combate da “mídia crítica”. O capítulo preconiza que a mídia *mainstream* (aqui enquadrada como miosfera institucional) estaria ocupada de uma atividade “independente”: “entenda-se jornais, televisões, sites noticiosos, ou rádios que não deixam de investigar um político só porque ele está no governo, [...] nem se transformam em porta-voz de determinado grupo”.

Uma breve citação do legado de Hannah Arendt em “As origens do totalitarismo” busca enquadrar sumariamente o momento presente no quadro de análise esboçado por aquela autora (Mello, 2020, p.26). A menção enfatiza a notória ausência de obras analíticas de origem acadêmica. Dentre o volume de suas referências, apresentadas como notas de final de capítulo, um total de 243 notas, a maioria das menções (217) corresponde a jornais diários, tuítes e sites noticiosos, conforme mostra o infográfico n.1. Delas, 81 são notas de capítulo autorreferenciais a matérias da Folha de S.Paulo, 26 notas são referentes a tuítes e 110 notas mencionam outras mídias como sites, veículos, programas, revistas,⁶ além de informes institucionais.⁷

⁶ Agência Lupa/piauí, BBC News, Blog do Jamildo, Época, Estadão, Exame, O Globo, O Antagonista, NBC News, The Guardian, Terça Livre, The New Yorker, The New York Times, The Times of India, UOL, Veja, Zero Hora, #Hashtag, Facebook, YouTube e outros.

⁷ Abrajji, Amnesty International, Conselho da Europa, Datafolha, FENAJ, Presidência da República, RSF, Senado Federal e The White House.

Infográfico na. 1 - Notas de capítulo em A máquina do ódio



Fonte: elaborado por Gustavo S. Azevedo a partir de Mello (2020).

A leitura da obra em questão revela um curioso distanciamento entre as reflexões da autora e a vasta produção de literatura crítica nas áreas de Mídia, Comunicação e Jornalismo. É notável como, apesar da rica contribuição de uma comunidade acadêmica dedicada e frequentemente financiada com recursos públicos, essa produção crítica não parece ressoar nas práticas diárias e na autorreflexão do jornalismo profissional.

Esse fenômeno pode ser atribuído a várias razões. Primeiramente, a pressão do mercado e as demandas imediatas da profissão podem limitar a capacidade dos jornalistas de se engajar com as discussões teóricas que emergem do ambiente acadêmico. A rotina frenética e a necessidade de atender aos interesses dos veículos de comunicação podem criar um espaço onde a reflexão crítica é substituída pela entrega de conteúdos que atendam às expectativas dos editores e do público. Além disso, o ambiente midiático contemporâneo, marcado pela concentração de poder nas mãos de poucos conglomerados, dificulta a adoção de uma postura crítica por parte dos jornalistas. Muitos profissionais podem sentir-se cooptados ou mesmo desmotivados a questionar as estruturas que sustentam suas práticas, especialmente porque estas estão alinhadas com interesses econômicos e políticos vigentes.

Assim, a autorreflexão crítica, que é fundamental para o fortalecimento da ética jornalística e do compromisso com a verdade, pode ser sacrificada em nome da sobrevivência profissional.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a forma como a academia e a prática jornalística se ignoram ou se comunicam. A desconexão entre a produção teórica e a realidade do dia a dia dos jornalistas resulta em ceticismo em relação à aplicabilidade das reflexões acadêmicas. Quando as discussões se tornam excessivamente complexas ou distantes das experiências cotidianas, os profissionais podem se sentir alienados, ignorando as contribuições do debate acadêmico.

O apartamento entre pesquisadores e profissionais encaminha para o apontamento de práticas nocivas, conforme se expõe à continuação.

3.2 A translação dos circuitos

O circuito de comunicação estabelecido em três matérias jornalísticas produzidas pelo jornalista Jack Nicas e publicadas pelo diário *The New York Times* em junho-julho de 2024 trata da recepção de conexão de Internet por indígenas brasileiros. Baseado no Rio de Janeiro, o jornalista produziu três reportagens plenas de consagrado ranço colonial e do que uma ativista contatada na reportagem chamou, e ele transcreveu, de prática “etnocêntrica”. A matéria veiculada originalmente em inglês em 02 de junho (e traduzida em 19 de julho) de 2024 expõe os riscos da chegada da conexão de Internet a uma “das mais isoladas tribos da Amazônia” através das antenas e satélites de SpaceX:⁸

Quando os discursos começavam a demorar, os olhos se desviavam para as telas. Adolescentes navegavam pelo Instagram. Um homem enviava uma mensagem para a namorada. E outros homens se aglomeravam em torno de um celular transmitindo uma partida de futebol. Enquanto isso, a primeira líder feminina do grupo falava. Em qualquer outro lugar, uma cena como essa seria banal. Mas isso acontecia em uma aldeia indígena remota em uma das áreas mais isoladas do planeta. O povo Marubo há muito tempo vive em malocas comunitárias espalhadas por centenas de quilômetros ao longo do rio Ituí, nas profundezas da floresta amazônica. Eles falam seu próprio idioma, tomam ayahuasca para se conectar com os espíritos da floresta e prendem macacos-aranha para fazer sopa ou mantê-los como animais de estimação. Eles preservaram esse modo de vida por centenas de anos por meio do isolamento — para chegar a algumas dessas aldeias pode-se levar até uma semana. Mas, desde setembro, os Marubo têm internet de alta velocidade graças a Elon Musk. (Nicas, 19/07/2024).

⁸ A profusão de edições que as matérias sofreram, suas alterações e versões em inglês e em português dificultam o trabalho de análise, ao mesmo tempo que expõem a complexidade estabelecida para o estudo do jornalismo de plataforma.

As antenas, doadas por uma pessoa privada, de origem norte-americana, proporcionaram explorar o que a matéria expõe como “vício em pornografia” do povo Marubo (Nicas, 02/06/2024). Uma declaração que, frente ao impacto de sua circulação, a caracteriza como prática de desinformação, conforme ele mesmo assumiria: “Uma história do *Times* sobre a chegada da Internet de alta velocidade a uma remota tribo amazônica se transformou em seu próprio conto de advertência no lado negro da web”. Nove dias depois, conforme o próprio diário registraria lacônica, ou ironicamente, o jornalista se retificaria ao aduzir que “Não, a população não é viciada em pornografia”. A expressão final da reportagem reitera a debilidade da moral humanitária e descomprometimento ético quando o jornalista tergiversa entre duas afirmações contraditórias em seu contexto: “O povo Marubo não é viciado em pornografia. Não havia nenhum indício disso na floresta, e não havia nenhuma sugestão disso no artigo do *The New York Times*” (Nicas, 11/06/2024).⁹

A contradição expressa-se entre a indução da primeira matéria e a falseabilidade da situação montada pela segunda. Entre idas e vindas, o dito e o não dito, o conteúdo caça cliques foi veiculado e o lastro argumentativo foi desperdiçado. Braga (2012, p. 41) sustentaria que os circuitos “são culturalmente praticados, são reconhecíveis por seus usuários e podem ser descritos e analisados por pesquisadores”.

A segunda matéria do NYT (Nicas, 11/06/2024) já reconheceria o circuito articulado a partir de seu protagonismo enquanto midiosfera institucional, oportunizando repercussões na midiosfera disruptiva que transbordaram em mais de 100 sites. Em seus próprios termos:

O New York Post foi um dos primeiros, dizendo na semana passada que o povo Marubo estava “viciado em pornografia”.

Dezenas seguiram rapidamente essa tomada. A manchete do TMZ foi talvez a mais contundente: “RESULTADO DA CONEXÃO STARLINK DA TRIBO EM VÍCIO PORNÔ!!!”

O Post e o TMZ não responderam aos pedidos de comentários.

Manchetes semelhantes proliferaram em todo o mundo, incluindo no Reino Unido, Alemanha, Austrália, Índia, Indonésia, Malásia, Turquia, Nigéria, México e Chile. A RT, o meio de

⁹ “A *Times* story about the arrival of high-speed internet in a remote Amazon tribe spiraled into its own cautionary tale on the dark side of the web”, “No, the population is not addicted to porn” e “The Marubo people are not addicted to pornography. There was no hint of this in the forest, and there was no suggestion of it in *The New York Times*’s article.” (Nicas, 11/06/2024).

comunicação estatal russo, publicou a afirmação em árabe. Foram inúmeros vídeos, memes e postagens nas redes sociais. (Nicas, 11/06/2024).¹⁰

A estigmatização do excepcionalismo cultural a que supostamente o grupo étnico está condenado com a “chegada da Internet” conclama a pensar sobre o profundo distanciamento que a noticiabilidade modélica condena aos forâneos de seus parâmetros WASP (White, Anglo-Saxon and Protestant). O jornalista afirma em sua defesa: “Muitos dos sites que distorceram estes detalhes são agregadores de notícias, o que significa que o seu modelo de negócio é em grande parte concebido em torno da reformulação das reportagens de outras organizações de notícias, com manchetes muitas vezes sensacionalistas para vender anúncios” (Nicas, 11/06/2024).¹¹

A declaração busca amenizar o estrago e isentar o NYT. Um exame acurado, no entanto, dos vínculos econômicos entre o veículo, plataformas e corporações, poderá certificar como o processo de financeirização comunicacional midiático vincula profundamente as empresas denominadas “agregadores de notícias” (Sodré, 2021).

O cenário crucial em que o jornalismo busca novas formas de se afirmar e se reinventar leva em conta as affordances das mídias sociais. Interatividade, rapidez de disseminação de informações e capacidade de engajamento do público. As três matérias são lapidares na construção de uma narrativa que integra a expertise jornalística com as dinâmicas participativas das plataformas digitais.

A gratuidade dos argumentos presentes na construção discursiva das reportagens sugere o uso de uma mediação algorítmica, dado sua adequação à preferência de certas bolhas informativas ocupadas em atualizar a polarização do discurso público. Nos termos de Lucrécia D'Alessio Ferrara (2024, p.323), o jornalista em referência expressa-se (a si e aos indígenas que retrata) como homem objeto de mídia, mas nega, a si e aos reportados, a condição de sujeito da midiatização, a qual: “Ihe impõe um letramento, um saber fazer, para

¹⁰ No original: “The New York Post was among the first, saying last week that the Marubo people was “hooked on porn.” Dozens quickly followed that take. TMZ’s headline was perhaps the most blunt: “TRIBE’S STARLINK HOOKUP RESULTS IN PORN ADDICTION!!!” The Post and TMZ did not respond to requests for comment. Similar headlines proliferated across the world, including in the United Kingdom, Germany, Australia, India, Indonesia, Malaysia, Turkey, Nigeria, Mexico and Chile. RT, Russia’s state media outlet, published the claim in Arabic. There were countless videos, memes and social media posts” (Nicas, 11/06/2024).

¹¹ No original: “Many of the sites that distorted this detail are news aggregators, meaning their business model is largely designed around repackaging the reporting of other news organizations, with often sensationalist headlines to sell ads” (Nicas, 11/06/2024).

poder utilizar a mídia e tornar-se midiático, para si mesmo e para os outros” (Ferrara, 2024, p. 324).

Várias consequências perfilam a partir dos processos observados. Se o caso empírico de denúncia de práticas disruptivas no seio da atividade governamental permite constatar a validade do modelo teórico da existência de três midiosferas no Brasil da atualidade, a midiosfera institucional, sua contraparte alternativa e a emergente midiosfera disruptiva, temos que o modelo teórico parece funcionar. A existência, porém, do circuito acionado pelo diário nova-iorquino aciona mutações sociotécnica e sociossimbólica. Ela incorre na translação da rede comunicativa plataformada. As mutações apontadas podem ser compreendidas sob a noção de translação dos actantes envolvidos em uma rede, “deslocamentos por entre os atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação” (Latour, 2001, p.356).

Conforme destacamos anteriormente, a matéria do NYT de 11 de junho confirma sua integração em novos circuitos, ainda que aparente isentar-se ao ironizar sobre sua “profecia autorrealizada”. Os novos circuitos mostraram-se capazes de transbordar os limites entre as midiosferas institucional e disruptiva de maneira inédita.

Queremos ressaltar ainda como o episódio requisita a consideração do da instância de circulação no contexto da midiaticização (Fausto Neto, 2017, 2024; Braga, 2017). Ele acolhe uma estranha proximidade com os cancelamentos que o discurso de ódio produziu. Retornaremos a este aspecto nas seções subsequentes. Antes, vamos nos deter em suas implicações para as ordens da noticiabilidade.

3.3 A noticiabilidade e suas ordens

Sabemos que uma matéria veiculada a partir da credibilidade jornalística da midiosfera institucional ganha repercussão e desdobramentos na midiosfera disruptiva. Mas, no caso referido das matérias do NYT, é sua própria prática que a faz merecedora de questionamento, ao manifestar e voltar atrás, em acusações graves e sem fundamento, sobre uma população vulnerável e que, no Brasil, está isenta de maioria penal. Tal aspecto sugere um movimento na noticiabilidade e em suas ordens.

Os circuitos podem acionar redes e fluxos de informação que circulam em diferentes plataformas, desde mídias tradicionais até as mídias sociais. Com o advento da digitalização e da Internet, os circuitos se tornaram dinâmicos e romperam com os antigos modelos de negócio que definiam as propriedades de circulação e alcance das mídias profissionais do modelo analógico. Essa nova realidade carrega consigo a promessa de novos ganhos econômicos advindos da aceleração na propagação de conteúdos. A alteração nos sistemas de circuitos vem acompanhada de uma consequente revisão na produção de conteúdos. A essa prática, no jornalismo, refere-se a noticiabilidade.

A noticiabilidade, enquanto gestão jornalística de sentidos sociais, é um conceito que transcende a simples seleção de eventos a serem reportados. Ela implica numa compreensão profunda das dinâmicas sociais que moldam a percepção pública e os valores que permeiam a convivência coletiva. Ao considerar fatores como crenças religiosas, normas culturais e estruturas de poder, a noticiabilidade se torna um reflexo das prioridades e dilemas da sociedade em um dado momento. Digno de menção, é ignorado em todos os manuais e livros de ética profissional que a noticiabilidade está inscrita na esfera de influência de grupos econômicos e seus patrocinadores.

Essa abordagem conduz a avaliar como o jornalismo não apenas informa, mas participa ativamente da construção da realidade social carregado de valores. A forma como os eventos são noticiados pode reforçar ou desafiar as narrativas existentes, influenciando a opinião pública e, consequentemente, as ações sociais exigem adaptações que a digitalização atualiza constantemente. Assim, a noticiabilidade não é neutra; sua sociossimbólica permeia-se de significados que podem legitimar ou questionar o status quo.

No contexto do jornalismo corporativo, âmbito da midiosfera institucional, a noticiabilidade deve ser analisada à luz dos compromissos dos veículos de comunicação. Interesses corporativos e responsabilidade ética consideram promover uma cobertura preocupada com as vozes marginalizadas e as questões fundamentais da sociedade. Nesse sentido, a gestão da noticiabilidade se torna um ato de mediação, que exige uma reflexão crítica sobre como as informações são selecionadas, interpretadas e apresentadas. Portanto, entender a noticiabilidade como uma construção social nos convida a questionar o papel do jornalismo na formação da opinião pública e na articulação de uma esfera pública plural e

inclusiva. É uma responsabilidade que exige a articulação entre habilidade sociotécnica, aliada a compromissos éticos. Essa expressão foi até um passado recente o apanágio do jornalismo profissional: comprometer-se com a verdade e com a justiça social. Teria ele se convertido num discurso romântico do passado? Trata-se de uma bandeira surrada do jornalista como ator isolado frente à ameaça das BigTechs?

A articulação da midiaticização com o estudo dos processos e produtos jornalísticos revela um panorama complexo e desafiador. Ao considerar o jornalismo como um campo institucionalizado, com suas normas e práticas legitimadas socialmente, percebemos que sua função de narrar fatos sofre profundas transformações. A mediação jornalística, antes entendida como um processo singular e centralizado, agora se depara com a multiplicidade de vozes e formatos que as mídias sociais proporcionam. A crise mencionada é emblemática de um momento em que a legitimidade e a competência comunicacional do jornalismo são constantemente questionadas (Deuze; Witschge, 2015). As mídias sociais, ao promover práticas colaborativas e deshierarquizadas, desafiam a autoridade dos veículos tradicionais e democratizam a produção e o consumo de notícias. Essa nova dinâmica não apenas redefine o papel do jornalismo, mas também altera a forma como as audiências se relacionam com a informação.

Temos assim, que a emergência da midiosfera disruptiva (e os acionamentos que produz na midiosfera institucional), suscita a noção dispositivo interacional nos termos preconizados por José Luiz Braga (2017, p.33): “inferências - solicitadas pelo aspecto lacunar das coisas compartilhadas; pela alteridade dos participantes; pela copresença de códigos diversificados e pelas necessidades internas de produtividade da interação; e códigos”.

A análise da noticiabilidade sob a ótica dos algoritmos e das plataformas digitais revela um cenário complexo e multifacetado. Braga (2024, p.334) viria a sugerir a expressão “algoritmo digital interacional” para aludir a sua condição de “processador comunicacional no tecido social”.

O ambiente social afetado por tais condições oportuniza recuperar os termos de Michel Foucault (1996) para estabelecer que a noticiabilidade não é apenas uma questão de relevância ou interesse público, mas também é moldada por relações de poder e práticas discursivas que determinam o que é considerado digno de ser noticiado. Nesse contexto, a

modulação algorítmica surge como actante não-humano (mas operacionalizada por humanos) regulador que influencia a seleção e a disseminação de informações.

Os algoritmos, projetados para maximizar o engajamento e a retenção de usuários, priorizam conteúdos que gerem cliques e outras interações. Esse foco nos dados desloca a agenda do jornalismo para uma lógica de mercadoria, onde a noticiabilidade se torna cada vez mais dependente de fatores como a viralidade e a capacidade de atrair atenção, em vez de critérios éticos ou de relevância social. Assim, estamos diante da possibilidade de que a função normativa da noticiabilidade se torne fragmentada, guiada por interesses comerciais com base em processos algorítmicos.

Consagra-se, desta maneira, a possibilidade de enfatizar que, se a ordem na noticiabilidade era a grande causa e cerne da ação comunicacional da midiosfera institucional, sua contra-ordem definia o propósito da midiosfera alternativa. A midiosfera disruptiva, no entanto, afirma-se como propositora de uma nova ordem de noticiabilidade. Grandes consequências poderão advir de tal projeto. Um contexto em que emerge o desafio que coloca em xeque uma série de valores que vinham sendo observados. E o jornalismo encontra-se iniludivelmente ligado a isso. A atividade noticiosa e o jornalismo profissional sabidamente estão perdendo seus próprios fundamentos ou, ao menos, enfrentam questionamentos (Zelizer, 2015). Avassalados por diversas ordens, novas configurações informativas se impõem: “O jornalismo vai, assim, de uma “zona de mediação” (conforme apregoava o funcionalismo) para outras “zonas de contato”, nas quais a construção social da noticiabilidade passa a ser disputada por fundamentos e práticas de diferentes sistemas sociais” (Fausto Neto, 2024, p.174).

Assim, a preocupação de mapear os arranjos disposicionais que constituem o circuito comunicacional ativado pelas matérias e inerente a uma midiosfera específica, mas também, a translação entre elas, requisita uma capacidade inédita e que consiste em analisar a processualidade comunicativa no ambiente multiplataformas. As matérias que apontamos no caso do NYT parecem convocar novos procedimentos investigativos para os quais possuímos pouco preparo teórico-metodológico e que aqui são apenas sugeridos (Borelli, 2024). Parece ser factível identificar aproximações e distanciamentos entre os arranjos noticiosos que se

amalgamaram na composição de um mesmo circuito comunicacional, o qual, pode ser reconhecido como integrante de um “episódio interacional” (Braga, 2017).

4. Mídiosfera, disrupção e desinformação

O processo de ascensão da extrema-direita no Brasil culminou com a eleição (e posterior derrota) de Jair Messias Bolsonaro na Presidência da República em 2018. O acontecimento catalisou forças que extrapolam o universo político-partidário e congregam a coalizão de agentes perfilados frente ao reconhecimento de uma nova realidade social.

Instantaneamente apontaram-se para debate as teorias conspiratórias, a guerra cultural como apropriação de Gramsci pela direita e outras noções de guerra. Surge no horizonte de debate a noção de bomba semiótica pelo coletivo Cinegnose, ou a dissonância cognitiva e laboratório de realidade paralela.

A necessidade humana de segurança ontológica tem extrapolado do âmbito do Jornalismo Internacional para o ambiente interno dos Estados nacionais. No caso brasileiro, a preocupação pelo domínio de ações violentas estabeleceu um sólido patamar noticioso ocupado do que se agrega sob a denominação de Segurança Pública. Algumas características permitem argumentar sobre a relação entre mídiasferas e extremismos comunicacionais na perspectiva já delineada em Silveira (2024c), a qual sustenta duas derivas para pensar a violência no Brasil: a da securitização e a da guerra. Essas duas perspectivas permeiam, através de distintos procedimentos, a organização informacional habitualmente estabelecida como noticiabilidade, e administrada pelo jornalismo profissional.

O estudo da lógica midiática – vale dizer, institucionalizada – do jornalismo prossegue-se numa adaptação abrupta às plataformas digitais. O imbricamento resultante entre midiatização e noticiabilidade sugere que precisamos ir além do foco do papel da lógica da mídia na construção de crises, considerando também as dinâmicas impostas pelas plataformas e seus algoritmos. Nesse ponto, cabe recuperar a perspectiva de Hoskins e O’Loughlin (2015), uma tentativa de articular midiatização e jornalismo. Ela propõe a definição de guerra represada (*Arrested War*) para abordar o último estágio da midiatização da atividade de guerra. Tal noção sugere que o caos do conteúdo gerado por usuários na internet foi

aproveitado por agentes institucionais que desenvolveram a capacidade de controlar as maneiras pelas quais a lógica da mídia molda a construção de crises.

Os usos das expressões "mídiosfera bolsonarista" (Rocha, 2021) e "mídiosfera extremista" (Rocha, 2023) remetem a um debate comum tomado como "sistema informacional dotado de altíssimo nível de coerência interna e na prática imune a críticas ou verificações externas" (Dalmolin, 2024a, p.82-83).

A mídiosfera disruptiva surge no contexto do que Leticia Cesarino (2022) chama de "dinâmica anti estrutural". Ela se utiliza de noções como estruturas e anti estruturas, institucionalização e desinstitucionalização, ou ações de desintermediar (ou desintermediar) que são mobilizadas. Para a autora, esta dinâmica se desenvolve a partir do surgimento do que ela chama de aponta "novas mídias", fazendo com que o centro do sistema até então vigente, ou seja, a mídiosfera em sua estruturação anterior, se dobre sobre si mesma e tensione-se em um movimento "do avesso", através do chamado "englobamento do contrário" (Dumont, 1997, *apud* Cesarino, 2022). Neste contexto, é possível visualizar a ocorrência do que a autora chama de "processos de desintermediação", em decorrência do desengajamento dos elementos da estrutura normativa anterior e a ocorrência de formas emergentes de reintermediação, em um contexto de crise permanente.

Os esforços da extrema-direita no Brasil têm se consolidado através de uma estratégia bem articulada que se beneficia das mídias digitais para criar e disseminar narrativas que fomentam a polarização política. A utilização dessas plataformas permite que ideias e informações, muitas vezes distorcidas ou falsas, sejam rapidamente compartilhadas e amplificadas, contribuindo para a formação de um ambiente de desinformação. Nesse contexto, Rocha (2021) aponta que a dissonância cognitiva coletiva se torna um fenômeno preocupante. Muitos brasileiros, sem perceberem, tornam-se "combatentes involuntários" em um conflito que não é apenas político, mas também ideológico, onde a luta por uma narrativa predominante é travada nas redes sociais. Isso gera um clima de hostilidade e divisão, dificultando o diálogo e a construção de consensos.

A atualização da abordagem gramsciana de guerra cultural pela extrema-direita fornece o entendimento das (des) continuidades de processos de midiaticização de conflitos. Um cenário em que a atividade comunicacional se apresenta como central ao articular

processos distintos e dramáticos, concorrendo para a prevalência do emblema da “guerra híbrida” (Korybko, 2018). Ele enfeixa um conjunto de noções que têm sido mobilizadas em favor da dimensão midiaticizada da vida social.

Já o conceito de guerra informacional (*Informational Warfare*) amplia a visão de como e com que propósito a segurança ontológica está sendo ameaçada. A digitalização incrementou o potencial de influenciar e manipular cognição e emoção, pervertendo secretamente o panorama da informação, e as táticas de guerra informacional são tomadas com propósitos de manipular e/ou minar a subjetividade.

A recrudescência securitária deflagrada com o avanço de poderes paralelos na América Latina, ademais de outros conflitos no cenário internacional, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, despontam na cobertura noticiosa e permitem aventar a experiência de uma guerra híbrida em curso no Brasil, conforme entende o antropólogo Piero Leirner (2020). Ele interpreta a atuação militar junto a populações civis no Brasil como dotadas de operações psicológicas, ocupadas em influenciar a opinião e comportamento de grupos e de pessoas. O autor entende que tais estratégias integrantes da guerra híbrida estimularam milhões de brasileiros a transformarem-se em combatentes involuntários de um conflito movido pela polarização política de consequências ameaçadoras para a democracia.¹²

As operações psicológicas na formação militar ganham vulto com a expressão Opsinf, ou operações psico informativas, consideradas relevantes na guerra híbrida. E a modalidade de maior destaque nesta situação é a Opsinf midiática “realizada por especialistas em guerra psicológica infiltrados na sociedade civil” (Costa, 2018, p.31).

Por fim, a alegoria de bomba semiótica, difundida pelo coletivo Cinegnose da cidade de São Paulo, explora a potência comunicativa de determinadas imagens e outros fenômenos de intervenção política (Ferreira, 2020). Atentados e distúrbios nas ruas tornaram-se frequentes a partir de junho de 2013 e Cinegnose os interpreta como bombas semióticas pelo volume de significações que liberam.

¹² Conforme destacado em Silveira (2024c), há certa ambiguidade na adoção da noção de guerra híbrida (*Hybrid Warfare*). a adesão à noção de guerra híbrida no trato dos conflitos domésticos ganharia a adesão de antropólogos, analistas políticos e jornalistas brasileiros. Concebida como estratégia militar, sem desprezar ações diplomáticas, busca incidir na atividade política institucionalizada, prevendo inclusive a intervenção eleitoral externa e valendo-se de métodos concebidos na guerra convencional ou na guerra irregular.

Na presente seção, nos ocupamos de analisar as características segundo as quais a midiosfera disruptiva é reconhecida como promotora de desinformação. Para isso, recuperamos reflexões de autores brasileiros ocupados da recepção da noção de "guerra híbrida" como o contexto capaz de prover as condições capazes de conformar sentido à sua atividade semiótica.

5. A reflexão necessária

As midiosferas podem exercitar modelos puros na relação entre enunciação e audiência. Os exemplos empíricos trazidos à tela demonstram como elas tiveram suas interações exacerbadas, influenciando a percepção pública e o debate político.

A “grande reportagem” de denúncia da “ABIN Paralela” posiciona-se numa perspectiva de julgamento com base em comprovações de autorreferencialidade jornalística, em que pese seu esforço e mérito investigativo, as instâncias e atores acionados são restritos. Uma transposição da esfera ilustrada fazendo seu julgamento do mundo real e manifestação do esgotamento da midiosfera institucional.

A ausência de um diálogo efetivo entre a academia e o jornalismo, onde as reflexões críticas possam ser traduzidas em práticas concretas e acessíveis é aqui reclamada (e sem esperanças de ser considerada). A construção de pontes entre esses dois universos é essencial para que a literatura crítica em Mídia, Comunicação e Jornalismo não apenas exista em um espaço específico, mas influencie e enriqueça a autorreflexão dos jornalistas, contribuindo para uma prática ética e consciente frente aos poderes que moldam o cenário midiático atual. Ou, quando mais não seja, que lhes dê ciência de que há consciência sobre os vínculos financeiros entre o que no passado se denominou veículo jornalístico com as atuais plataformas e corporações (Sodré, 2021). Isso tem permitido certificar como a financeirização dos processos comunicacionais está vinculada profundamente às empresas sucintamente denominadas “agregadores de notícias”, obviando a relação entre a acumulação de capital e o uso de tecnologias de ponta. Muniz Sodré (2021) caracteriza o fenômeno como uma mutação do velho civilismo liberal, portador de consequências sociais, políticas e culturais definidas como “iliberalismo”.

A causa disso, entendemos que as já referidas matérias de NYT sugerem ser pela perspectiva da circulação plataformada que se necessita cercar o fenômeno da nova ordem da noticiabilidade. A postura do jornalista faz jus à crítica de Fausto Neto (2024, p.179-180): “Naturalizando-se o trabalho da circulação como um ato transmissional, sua complexidade é reduzida a uma “zona de passagem”, um elo a assegurar a efetividade do processo de transmissibilidade da emissão”.

O “episódio comunicacional” envolvendo os indígenas brasileiros e a prática de desinformação que gerou apontaria, dentre tantos outros possíveis, para dois aspectos distintos:

- As matérias expressariam reiteradamente a proximidade entre o jornalismo de referência e o discurso colonial, afirmando que uma mutação sociossimbólica perdeu sua chance e reiterando o esgotamento comunicacional da midiosfera institucional;
- A circulação das matérias e sua repercussão em mídias sociais apontariam para uma mutação na orientação sociotécnica das midiosferas institucional e disruptiva, acenando para uma sobrevida da primeira em novos parâmetros de interação.

De outra perspectiva, o amplo espectro das atividades sistemáticas de desinformação, abolidoras da referencialidade que balizou os consensos sociais no passado, encontra nas mídias sociais um agente empoderador de novas forças. Elas podem ser sociais mas, sobretudo, econômicas e, sobretudo, financeiras. Mediações consagradas cedem espaço para o agenciamento de atores emergentes que irrompem na esfera pública com a mesma instantaneidade com que podem volatilizar-se.

Questões sobre a responsabilidade jornalística nas plataformas digitais em garantir uma informação que não apenas informa, mas promove o debate crítico e a cidadania ativa, apontam-se no horizonte de debate sobre a regulação das plataformas e controladas por BigTechs. Um debate que se encontra paralisado por diversas ordens de impedimentos, especialmente políticos, e, também, na relação dos pesquisadores com os profissionais de comunicação, conforme se pôde comprovar na obra de Mello (2020). Faz-se necessário revisar as condições de acolhimento da crítica acadêmica na vorágine da atividade profissional.

Assim, buscamos delinear uma postura crítica e adaptativa diante das mudanças. O desafio é encontrar um equilíbrio entre a tradição e as inovações trazidas pela midiatização, promovendo um diálogo aberto e construtivo, reconhecendo a pluralidade de vozes que emergem neste novo ecossistema comunicacional. A missão de informar e educar a sociedade se enfrenta à inércia que consiste na repetição de narrativas que reforçam preconceitos ou visões de mundo existentes, limitando a pluralidade de vozes e experiências.

7. Referências

- BORELLI, V. A Problemática teórico-metodológica nas pesquisas de circulação e plataformas. In: FERREIRA, J. G.; SILVEIRA, A. C. M; BORELLI, V. ; DALMOLIN, A., LOFGREN, I. (Orgs.). *Plataformas, Algoritmos e IA: Questões e hipóteses na perspectiva da midiatização* (p.199-218). Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024.
- BRAGA J. L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, M. A., JANOTTI JR., J.; JACKS, N. (Orgs.). *Mediação & Midiatização* (p. 31-52). Salvador: EDUFBA, 2012.
- BRAGA, J. L. Dispositivos interacionais. In: BRAGA, J. L. *et al. Matrizes interacionais - a comunicação constrói a sociedade* (p. 17-42). Campina Grande: UEPB, 2017.
- BRAGA, J. L. Algoritmo digital interacional. In: FERREIRA, J. G.; SILVEIRA, A. C. M; BORELLI, V. ; DALMOLIN, A., LOFGREN, I. (Orgs.). *Plataformas, Algoritmos e IA: Questões e hipóteses na perspectiva da midiatização* (p.327-347). Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024.
- CESARINO, L. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu, 2022.
- COSTA, D. 2018. 'Guerra psicológica nos novos tipos de guerra', *Revista Silva*, v.2, n.2, 2018, p. 17-32. Also available from: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/silva/article/view/11109>.
- DALMOLIN, A. Anatomia da polarização e barbárie comunicacional. In: FERREIRA, J. G.; SILVEIRA, A. C. M; BORELLI, V. ; DALMOLIN, A., LOFGREN, I. (Orgs.). *Plataformas, Algoritmos e IA: Questões e hipóteses na perspectiva da midiatização* (p.77-96). Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024a.
- DALMOLIN, A. R. The circulation of disinformation on platforms in Brazil. In: G. BOLIN; J. G. FERREIRA; I. LÖFGREN; A. SILVEIRA. *Empirical, Epistemological and Methodological Aspects of Mediatisation*. Huddinge, Sweden: Södertörn University, 2024b.
- DEUZE, M.; WITSCHGE, T. Além do jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, v. 2, n.4, p.1-31, 2015. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74>. Acesso em 13 out. 2017.

DOURADO, M. E. B.; LEITE, A. C. C.; NOBRE, F. R. F. 'Guerra híbrida vs. Gibrinaya Voyna: os diferentes significados dos conflitos híbridos para o Ocidente e para a Rússia', *Esc. Guerra Nav.* v.26, n.1, 2020, p. 39-64. Disponível em: 10.21544/1809-3191.v26n1.p39-64. Acesso em 10 set.2023.

FAUSTO NETO, A. Jornalismo, mediações e redes: a circulação como objeto emergente. *Âncora*, v.4, n.2, p. 42-56, 2017.

FAUSTO NETO, A. Circulação: da zona de passagem à ambiência de interpretações de sentidos. In: FERREIRA, J. G.; SILVEIRA, A. C. M; BORELLI, V. ; DALMOLIN, A., LOFGREN, I. (Orgs.). *Plataformas, Algoritmos e IA: Questões e hipóteses na perspectiva da mediatização* (p.169-198). Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024.

FERRARA, L. D. Comunicação e mediatização: entre deuses e homens. In: FERREIRA, J. G.; SILVEIRA, A. C. M; BORELLI, V. ; DALMOLIN, A., LOFGREN, I. (Orgs.). *Plataformas, Algoritmos e IA: Questões e hipóteses na perspectiva da mediatização* (p.309-326). Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

HOSKINS, A.; O'LOUGHLIN, B. Arrested war: the third phase of mediatization, *Information, Communication & Society*, 18(11), p.1320-1338, 2015. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.106835>.

KIELING, A. S. Apontamentos para uma visão mais complexa da digitalização das mídias. *Políticas Culturais em Revista*, v.2, n.4, p. 15-31, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5582>. Acesso em 15 fevereiro 2024.

KORYBKO, A. *Guerras híbridas*. Das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

LEINER, P. C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda, 2020.

LOTMAN, I. M. Acerca de la semiosfera. In: LOTMAN, I. M. *La Semiosfera I: Semiótica de la Cultura y del Texto* (p. 10-25.). Madrid: Cátedra, 1996.

MELLO, P. C. *A máquina do ódio*. Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NICAS, J. *The New York Times*. The Internet's Final Frontier: Remote Amazon Tribes. June 2, 2024. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20241117054712/https://www.nytimes.com/2024/06/02/world/americas/starlink-internet-elon-musk-brazil-amazon.html>. Acesso em 13 fev. 2025.

NICAS, J. *The New York Times*. No, a Remote Amazon Tribe Did Not Get Addicted to Porn. June 11, 2024. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20250129212137/https://www.nytimes.com/2024/06/11/world/americas/no-a-remote-amazon-tribe-did-not-get-addicted-to-porn.html>. Acesso em 12 fev. 2025.

NICAS, J. *The New York Times*. Is She the Oldest Person in the Amazon Rainforest? July 19, 2024. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20240926035945/https://www.nytimes.com/2024/07/19/world/americas/oldest-person-amazon-indigenous-marubo-tribe.html>. Acesso em 12 fev. 2025.

PIVA, M. *Jornal da USP*. Brasil latino. Piero Leirner e a guerra híbrida na América Latina. 2020. <https://jornal.usp.br/podcast/brasil-latino-piero-leirner-e-a-guerra-hibrida-na-america-latina/>.

ROCHA, J. C. de C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021a.

ROCHA, J. C. de C. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SILVEIRA, A. C. M. Interação plataformizada no mundo multipolar: Jornalismo, Autocracia e Democracia. In: FERREIRA, J. G.; SILVEIRA, A. C. M.; BORELLI, V.; DALMOLIN, A., LOFGREN, I. (Orgs.) *Plataformas, Algoritmos e IA: Questões e hipóteses na perspectiva da mediatização* (p.59-76). Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024a.

SILVEIRA, A. C. M. Mídiosfera disruptiva: desafios epistêmico-comunicacionais da noticiabilidade mediatizada. In: ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2024, Niterói. Anais eletrônicos..., Galoá, 2024b. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/midiosfera-disruptiva-desafios-epistemico-comunicacionais-da-noticiabilidade-mid?lang=pt-br>. Acesso em: 27 Jan. 2025.

SILVEIRA, A. C. M. Mediatization of violence. Drifts from securitization and warfare. In: BOLIN, G.; FERREIRA, J. G.; LÖFGREN, I.; SILVEIRA, A. C. M. *Empirical, Epistemological and Methodological Aspects of Mediatization*. Huddinge, Sweden: Södertörn University, 2024c.

SODRÉ, M. *A sociedade incivil*. Mídia, liberalismo e finanças. Petrópolis: Vozes, 2021.

ZELIZER, B. Terms of Choice: Uncertainty, Journalism, and Crisis. *Journal of Communication*, v.65, n.5, p. 888-908, 2015. doi:10.1111/jcom.12157